

## RESENHAS

**NOSELLA, Maria de Lourdes Chagas Deiró.**  
**As Belas Mentiras ( A Ideologia Subjacente aos Textos Didáticos ),**  
**SP, Ed. Moraes, 2ª Edição, 1980.**

No capítulo de **Introdução** a autora procura situar o leitor no campo abrangido pela sua pesquisa ( apresentada originalmente como tese de mestrado ), em termos de origens, justificativa, hipóteses levantada, delimitação do assunto e referencial teórico utilizado. Assim é que, basicamente, o trabalho visa demonstrar que as estruturas educacionais das sociedades capitalistas refletem o descaso pelo Homem existente nestas mesmas sociedades, onde, em função do lucro e da dominação, não interessa mostrar aos educandos as contradições sócio-econômicas em que estão inseridos. A educação, neste contexto, passa então a ser um "instrumento através do qual se transmite a ideologia da classe dominante (...), valores que não correspondem às necessidades e aos interesses da classe trabalhadora" ( p. 15 ). Na faixa etária de 7 a 10 anos, quando é praticamente nula a capacidade crítica dos sujeitos é que esta transmissão se dá de forma mais maciça, condicionando a própria estrutura de pensamento dos educandos.

Sua hipótese então, consiste na afirmação de que os "livros didáticos das quatro primeiras séries do Primeiro Grau, transmitem uma ideologia formulada e imposta pela classe dominante à classe dominada, como sendo a única e verdadeira visão do mundo" ( p. 17 ). Isto, com a finalidade de manter as relações de dominação.

O campo de estudos foi delimitado para os textos da disciplina "Português" ( que aparentemente são os menos comprometidos com a ideologia dominante ), adotados em 1977 na rede oficial do Espírito Santo. ( Note-se que estes textos são também adotados na maioria dos outros estados brasileiros. ) Dentro de tais textos foram selecionados os 11 temas mais citados, que constituem os "aspectos-núcleos fundamentais da sociedade" ( p. 19 ). Tais temas ( a família, a escola, a religião, a pátria, o ambiente, o trabalho, os ricos e os pobres, as virtudes, as "explicações científicas", o índio, as capas e ilustrações ) foram pesquisados em 161 livros didáticos, perfazendo um total de 19.207 páginas.

Como pano de fundo teórico, Nosella apresenta uma breve descrição das sociedades capitalistas, com seus princípios ideológicos e as formas de transmissão de tais princípios. E aí surge o sistema escolar como o principal elemento transmissor, que, apoiado numa pseudoneutralidade da ciência, inculca os germens da manutenção do status quo, tanto nas crianças das classes dominadas como nas da classe dominante. Às primeiras cabe aceitar a situação de exploração como natural, assimilando a visão de mundo apresentada ( o que impede que elas desenvolvam sua própria ideologia, a partir de sua situação concreta ), e às segundas, cabe perpetuar os sistemas e mecanismos da dominação.

No primeiro capítulo é analisado como **A Família** é mostrada às crianças de 1º grau, sendo o quadro geral de "felicidade e união entre todos os seus membros" ( p. 33 ). Através dos textos citados depreende-se que a família "pode ser unidade e feliz, mesmo sendo pobre" ( p. 33 ), e que ela constitui uma realidade fechada em si mesma, sem vinculações com a estrutura sócio-econômica global. O pai é apresentado como o "chefe" da família, que "se dedica a um trabalho sério ( sic! )" ( p. 38 ) e cujo contacto com os filhos restringe-se a "fazer passeios". Já a mãe **não trabalha**, mas **cuida e trata** do lar e dos filhos, limitando-se seu papel ao de dona-de-casa e de cozinheira; além disso é mostrada como alguém ignorante e desinformada, em contra-

posição ao homem, sábio e instruído. Ela é também o exemplo de abnegação e resignação, especialmente a mãe pobre. "O relacionamento entre pais e filhos (...) é de autoritarismo, onde o filho deve ser constantemente agradecido pelo que os pais (...) fazem por ele" ( p. 55 ), o que seguramente visa gerar uma docilidade e conformismo perante as autoridades constituídas. Outros parentes ( tios, avós ) desempenham papéis inexpressivos, e a empregada, quando "honesto e eficiente", é quase um membro da família, além de, em geral, ser negra.

Em suma, a família é descrita como "o lugar de paz, segurança e felicidade para os seus membros, onde não há nem conflitos pessoais e, menos ainda, reflexos dos conflitos sócio-econômicos e políticos existentes na sociedade capitalista" ( p. 59 ).

A **Escola** é o tema do **segundo capítulo** e é, de maneira geral, apresentada como a porta para o sucesso e a felicidade. Em contraposição, indivíduos que não a tenham frequentado, são ignorantes e incultos. A professora é sempre "boa e dedicada", como se fosse uma segunda mãe, mas que estabelece regras repressivas e autoritárias, continuando a "educação" do lar. Como os filhos, os alunos devem um respeito inquestionável aos mestres, sendo anulados quaisquer comportamentos originais e criativos. "Cada aluno, individualmente, é responsável por seu sucesso ou fracasso escolar", o que "traduz uma ideologia capitalista, segundo a qual cada indivíduo é responsável também por seu êxito sócio-econômico" ( p. 77 ). "A escola, enfim, é um mundo fechado em si mesmo, imutável, no qual a obediência é valorizada muito mais do que a curiosidade, o espírito crítico e a criatividade" ( p. 77 ).

No **capítulo 3, A Religião** é analisada a partir dos textos onde ela aparece, em geral, de maneira difusa e associada a outros temas. Ela é mostrada como instituição que procura apelar para os ricos, para que sejam "homens bons", agindo caritativamente com os pobres. Já, para estes últimos, ela é uma fonte de consolo e proteção. "A mistificação religiosa está no fato de a religião pregar apenas a necessidade de uma revolução individual e não estrutural, caindo-se numa posição unilateral e, além disso, dependente da vontade de cada um, exclusivamente" ( p. 93 ). Deus é um ser bom, que perdoa as "fraquezas humanas", e a comemoração do nascimento de Jesus é apresentada como festa basicamente européia, num claro processo de invasão cultural.

A **Pátria**, no **quarto capítulo**, é descrita pelos textos de leitura como "uma 'entidade' com personalidade própria, independente dos indivíduos que formam o seu povo" ( p. 96 ). Procura-se inculcar a visão de uma Pátria poderosa, impedindo análises críticas sobre a sua estrutura capitalista e o processo colonizatório até hoje em pleno funcionamento, que nos torna essencialmente dependentes de outros países. As diferenças sócio-econômicas entre as diversas regiões brasileiras são escamoteadas, bem como a injusta distribuição da renda nacional. Cria-se uma consciência de "liberdade", de "independência", sem jamais se explicitar o que se entende por tais conceitos. A visão histórica inculcada é individualista, como se a história fosse produto apenas dos feitos de alguns indivíduos notáveis; essa história passada é sempre cheia de glórias e grandezas, desembocando num presente progressista e num futuro esperançoso. Finalmente, "as relações entre a Pátria e as pessoas que a compõem repetem as anteriores, existentes na Família, na Escola e na Religião. São relacionamentos verticais, pois a Pátria 'dá' toda a natureza, com suas riquezas minerais, com sua bela flora e fauna, aos indivíduos que a compõem. Estes 'receptores', por sua vez, devem amá-la, respeitá-la e obedecê-la" ( p. 107 ).

O **capítulo 5** é dedicado ao estudo de como **O Ambiente** é mostrado às crianças, sendo ele dividido em natureza, vida no campo e vida na cidade. A vida no campo é idílica, cheia de farturas, dando ao "homem que planta" todos os bens necessários. "Aqui está uma das belas mentiras dos textos de leitura, ditada pela

ideologia da classe dominante, pois nem todos que plantam colhem e nem todos que trabalham, na colheita, têm" ( p. 110 ). Já na descrição das cidades, se dá destaque ao consumo, às "grandes lojas", ocultando-se todo e qualquer problema, como a poluição, o desemprego, as favelas, o saneamento básico etc., não se encontrando sequer uma citação sobre o "êxodo rural" em direção à cidade. A natureza ( e seus elementos ) é fantástica, poética e mágica, sendo uma "doadora" de bens ao homem, que a utiliza. Os apelos à consciência ecológica não passam do nível individual, tipo "preserve a árvore", escondendo as devastações de florestas inteiras e a destruição de rios pelo capitalismo predatório. Além disso, a importação cultural é tão evidente que se chega a falar de invernos com neve.

No **sexto capítulo** surge o tema do **Trabalho**, que é sempre mostrado como "entretenimento, um 'hobby', que causa muita alegria e satisfação" ( p. 123 ), além de ser recompensado por bons pagamentos. As profissões citadas são, em geral, anacrônicas ( ferreiro, pastor ), e colocadas todas em pé de igualdade dentro da sociedade. O trabalho agrícola apresenta um caráter poético e romântico, sendo o lavrador apresentado como produtor da riqueza nacional, enquanto o trabalho industrial é despersonalizado, mostrando-se as fábricas, e não o homem, como sendo as transformadoras da matéria-prima. Busca-se ainda, nestes textos, transmitir a mensagem de que, quem estuda, trabalha, encobrindo "os privilégios da classe social dominante, cujos filhos além de poderem estudar, também podem não trabalhar realmente" ( p. 130 ).

**Os Pobres e os Ricos** é o assunto do **capítulo 7**. Este é um tema que, a princípio, pode parecer "engajado", na medida em que os textos reconhecem a divisão do mundo em duas classes sociais distintas. Porém, verifica-se que o engajamento pára por aí, encontrando-se, no cerne da questão, distorções graves da realidade. Ou seja: as causas deste fenômeno social são omitidas, relacionando-se apenas "as causas da pobreza com a ausência de chuvas e com Deus, já que a chuva, depende da vontade divina" ( p. 145 ). A justiça, às vezes, aparece como "um favor que o rico concede ao pobre e não um direito natural e inalienável, que lhe cabe como ser humano" ( p. 140 ). Os ricos não são felizes apenas porque possuem ( às vezes são infelizes ), e invejam os pobres que, apesar da miséria, são felizes. Quando aqueles estão muito apegados ao seu dinheiro são, em geral, castigados, aprendendo que a riqueza não é o bem fundamental nesta vida. "As mensagens dos textos de leitura se resumem em ensinamentos às crianças, ricas ou pobres, para serem 'boas'. Principalmente as pobres, que, assim, poderão até ser auxiliadas por Deus, pela sorte ou por uma fada a se tornarem ricas" ( p. 153 ).

No **oitavo capítulo** surgem **As Virtudes** como o tema analisado nos livros e, como os comportamentos virtuosos e as mensagens morais, aparecem em quase todos os textos, entrelaçados com outros assuntos, diz a autora que a elaboração do capítulo apresentou alguma dificuldade. Quando nos livros se fala em "boas maneiras", está partindo-se sempre da postura de famílias burguesas, veiculando-se então, determinados comportamentos deste estrato social como sendo os "adequados". Ordem e obediência são duas virtudes bastante inculcadas, sendo os relacionamentos sociais rigidamente simplificados em "honestos", "educados", "leais", "corajosos" e "obedientes", o que impede as crianças de perceberem a riqueza e ambigüidade de tais relacionamentos. Outras virtudes estimuladas são ainda: a união ( mesmo entre elementos de classes e interesses opostos ) e a bondade ( que é sempre recompensada ). Basicamente, a mensagem que se procura transmitir é que a "revolução social" deve começar individualmente, o que significa, sutilmente, que qualquer possibilidade de real mudança social está descartada.

**As "Explicações Científicas"** analisadas no **capítulo 9**, na realidade, não existem nos livros de leitura, sendo utilizadas fábulas, fantasias e mitos para a explicação

de fenômenos naturais. Diz a autora: “se as lendas e os mitos fossem explicados (...) numa perspectiva cultural de análise e significação histórica e simbólica, sem dúvida, eles constituiriam um valor. Acontece, porém, que este enfoque não existe” ( p. 178 ). Assim, utiliza-se destas explicações fantásticas porque elas facilitam a transmissão de mensagens ideológicas, não desenvolvendo tanto a capacidade crítica que as posturas científicas exigiriam, se adotadas.

O capítulo 10 é dedicado ao estudo de como O Índio aparece nos livros didáticos. Sua vida é narrada como se dando idílica e poeticamente nas selvas brasileiras ( e não nas reservas ), onde vivem e mantêm intacta a sua cultura. A figura do índio é idealizada, não sendo ele nunca descrito concretamente: “às vezes é apresentado como ser inferior, ignorante e ridículo. Outras vezes, como um super-homem de coragem ilimitada...” ( p. 187 ). As relações com os brancos também são apresentadas estereotipadamente, aparecendo os indígenas como leais colaboradores dos portugueses na conquista e exploração de suas próprias terras e riquezas. O branco é mostrado como o detentor e doador da verdadeira cultura ao índio, que a recebe ( verticalmente ), tornando-se civilizado à medida que a incorpora e assimila.

A autora reserva o capítulo 11 para uma análise das Capas e Ilustrações dos livros cujos textos foram abordados nos capítulos anteriores. Este estudo é importante na medida em que “a mensagem visual se torna um eficiente instrumento ideológico complementar dos textos, devido à sua força comunicativa — rapidez e impacto emotivo — muitas vezes maior do que a comunicação escrita” ( p. 189 ). Assim, apresenta a autora, algumas capas e ilustrações referentes a cada tema abordado anteriormente, demonstrando o apoio visual dado às mensagens escritas. Nestas gravuras ( algumas péssimas, do ponto de vista estético ), reproduz-se quase que ponto por ponto a ideologia oculta nos textos, reforçando sua transmissão.

Finalmente um capítulo de Conclusão surge, dividido em conclusões gerais e específicas. Nas gerais, Nosella faz um apanhado global de como e porquê a ideologia da classe dominante se difunde nos livros textos, destacando-se que seu objetivo real “é o de criar um mundo relativamente coerente, justo e belo, ao nível da imaginação, com a função de mascarar um mundo real, que, contraditório e injusto, é necessário para os interesses da classe hegemônica” ( p. 213 ). Assim, são celebrados os relacionamentos verticais e é elogiada a obediência e o sacrifício, com o intuito claro de formar seres passivos e conformados com sua sorte. Nas conclusões específicas apresenta-se um pequeno resumo dos raciocínios e demonstrações fornecidas em cada capítulo da obra.

Este é um livro fundamental, na medida em que apresenta, concretamente, através dos próprios textos dedicados às crianças, toda a problemática de uma educação alienante que é exercida desde os níveis mais elementares da escolarização brasileira. Se, antes, a denúncia contra esse estado de coisas já vinha sendo feita a nível teórico, este trabalho vem comprová-la com a apresentação crítica do próprio material utilizado neste processo, tão longo do verdadeiro processo educacional.

Obra básica a todos que, de uma maneira ou de outra, têm algo a ver com a educação brasileira, mesmo sendo apenas através dos filhos que envia à escola.

João Francisco Duarte Júnior  
Universidade Federal de Uberlândia

**NUNES, Clarice.**

**Escola & Dependência: o ensino secundário e a manutenção da ordem. RJ, 1980, série Universidade, Educação, 13.**

Este trabalho foi apresentado como dissertação de mestrado no Instituto de Estudos Avançados em Educação, da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, em 1979.

O livro mostra, já no prefácio de Durmeval Trigueiro, a seriedade com que a autora desenvolve o seu estudo. Essa seriedade se revela principalmente na "consistente, criteriosa e bem articulada análise rente à realidade, com dados significativos e corretos, sem estar a reboque dos modelos que, freqüentemente, deslizam para os estereótipos ( p. 14 ). Palavras textuais do professor Dumerval Trigueiro Mendes, prefaciador e orientador do trabalho.

Por sua vez, a autora, na Introdução, focaliza não só o caráter de dependência da nossa situação política, econômica e sócio-cultural, dentro do processo de desenvolvimento brasileiro, mas também a "disputa entre segmentos da camada dominante" ( p. 15 ) para a concretização de sua dominação. Ora, exercer um papel de dominação da situação vigente, na educação secundária, significa ideologizá-la para que ela seja o maior instrumento reforçador de dominação.

Quando se fala na educação secundária como maior instrumento reforçador de dominação, em nenhum momento está-se esquecendo da educação como um todo, e isso se evidencia no decorrer do livro, pois, como se sabe, todo o processo de escolarização é fator determinante, na sociedade capitalista, para a concretização da dominação de uma classe sobre as demais.

A autora considera os dois aspectos em que é focalizado o termo ideologia: enquanto produto e, ao mesmo tempo, enquanto processo.

Enquanto produto, "a ideologia é considerada como um conjunto de representações que fornecem sentido ao mundo histórico-social" ( p. 18 ).

Enquanto processo, "o que ressalta é a dimensão social e, dentro desta, as relações entre as classes" ( p. 19 ).

É dentro das relações entre as classes que surge "uma nova concepção de ideologia em duas dimensões:

— como conjunto de representações falseadas da realidade, através do qual a camada dominante pretende inculcar como geral uma concepção particular de mundo, de homem e, conseqüentemente, do próprio processo educativo;

— como conjunto de representações que questionam a dominação, procurando entender as razões dessa situação como primeiro passo para uma possível transformação ( parcial ou global ) no sistema de poder da sociedade. Através dessas representações, as camadas dominadas podem ganhar o distanciamento necessário para refletir sobre sua própria posição e estabelecer planos de ação para mudá-la" ( p. 19 ).

Para se entender o processo de modernização da escola secundária, houve a necessidade da autora "retroceder no tempo e realizar uma pesquisa sobre os antecedentes do ginásio moderno na sociedade brasileira dos anos 30, assim como na sociedade européia e norte-americana do começo do nosso século" ( p. 19 ).

O livro ganha importância muito grande, principalmente pelo rigor histórico que o caracteriza. Vemos que a história da educação é decorrente de interesses de um ou mais grupos, no sentido de efetuarem a sua dominação na sociedade. Como se faz notar, os interesses da maioria da população jamais são considerados a não ser quando convenientes para que a camada dominante utilize-os como instrumentos de manobra.

O livro não procede a uma análise neutra do processo educacional. Pelo contrário, evidencia o acreditar numa possibilidade de se desenvolver o espírito crítico dos educandos, que cresce à medida que os interesses reais dos "manipuladores da educação" ( p. 20 ) vão aparecendo e sendo desmistificados.

Pensar na escola é também pensar na sociedade que a constitui. E, nesse sentido, as funções da escola secundária começam a ser questionadas à medida que os novos rumos do capitalismo no País assim o exigem.

Na década de 40, período considerado como de redemocratização do país, as camadas médias da população urbana passaram a "exercer uma pressão cada vez maior no sentido de ampliação das oportunidades educativas". ( p. 27 )

A pressão que alguns setores da população exerciam nesse período é centralizada, principalmente, na escola secundária, pois através dela havia a garantia do acesso à escola superior, a qual, por sua vez, daria a garantia de uma mobilidade social.

Os setores conservadores da sociedade agiam nessa época no sentido de conter essas pressões a fim de preservar a hegemonia da classe dominante. Sendo assim, dominavam a burocracia administrativa do Ministério da Educação.

Nos anos 50, até meados dos anos 60, a política educacional continuou sendo monopolizada por setores conservadores que mantinham a privatização da escola, mantendo, portanto, o acesso à escola somente a pequenos grupos da sociedade. Foi por terra, nesse período, toda proposta de melhoria de ensino, principalmente, no sentido de maior participação da maioria da população.

"A consolidação do capitalismo industrial brasileiro e o processo de redemocratização da sociedade nos anos 40 a 60 só podem ser compreendidos à luz do contexto de expansão do capitalismo industrial, tendo como centro hegemônico os E.U.A. como postulado ideológico, a solidariedade internacional para a implantação de uma democracia universal". ( p. 28 )

Com a produção industrial se iniciou e difundiu o emprego de recursos tecnológicos cada vez menos absorvedores de mão-de-obra. Devido à competição entre as empresas, a tecnologia foi desenvolvida adotando padrões que reduziam o custo de produção. Aliando-se a isso, o processo de aceleração da urbanização e o do êxodo rural, a oferta de mão-de-obra, excederam às "expectativas do próprio sistema de produção". ( p. 30 )

O problema do excesso de mão-de-obra agravou as tensões sociais dos centros urbanos. Essas tensões foram absorvidas, principalmente, pelas práticas populistas. "Do êxito destas práticas dependia o mascaramento da estrutura social brasileira deformada pelo processo de industrialização" . ( p. 32 )

A industrialização dependente, se consolidando no país entre os anos 50 e 60, encontra sérios problemas, tais como inflação, insuficiência de energia, carestia de gêneros alimentícios etc. Necessita, portanto, de uma opção política que implique uma estratégia de organização e expansão da economia do País.

É nessa situação que o processo de redemocratização do ensino dependia dos interesses do processo de industrialização no País ( determinado pelo capitalismo centralizado nos E.U.A. ). Como estava clara a necessidade de se conter as tensões sociais, opta-se pela redemocratização do ensino, em particular, do secundário.

A redemocratização do ensino, que estava sendo planejada pelo capitalismo central, tem nesse momento, objetivamente, que atingir o ensino médio, pois é através dele que se vê a possibilidade da reorganização da relação de dominação.

Escamotear o conflito social existente estava significando oferecer, para os setores marginalizados da sociedade, uma estratégia satisfatória em que o processo de dominação, de minoria sobre maioria, perdurasse. Ora, a estratégia logicamente elaborada foi a de, através do ensino secundário, profissionalizar os jovens, preparando-os para o mercado de trabalho.

O ensino profissionalizante começa a ter uma importância fundamental, pois é ele que dará condições para que a mão-de-obra se especialize de acordo com a tecnologia moderna, já nessa época amplamente desenvolvida em nossa sociedade.

É, portanto, através do ensino profissionalizante, que a tensão social começa a ser controlada.

Um detalhe importante: o ensino profissionalizante não resolvia toda a questão da tensão social, e dentro do Ministério da Educação existiam setores amplamente favoráveis à privatização do ensino.

Com a inflação galopante, tanto a classe média como a proletária entraram num processo de empobrecimento incontrolável, o qual levou ao aumento da pressão para se conseguir o ensino gratuito. Assim foi iniciada a expansão do ensino secundário.

Apesar do processo de industrialização exigir um ensino secundário renovado ( no caso o profissionalizante — preparação de mão-de-obra especializada para o mercado de trabalho ), a classe média em situação de pauperização pressionava a favor do ensino secundário tradicional, que era mais barato.

A expansão do ensino secundário agravou a sua ineficiência em relação às exigências econômicas e estimulou mais as tensões sociais, pois ele "se tornou incapaz de cumprir a exigência postulada pelas camadas médias de ser um instrumento para a obtenção de um emprego prestigiado e, conseqüentemente, de uma boa remuneração profissional". ( p. 54 ) Isto se deu por duas razões básicas: a impossibilidade de o mercado de trabalho absorver toda clientela e a impossibilidade de a classe média garantir, por esta via ( o ensino secundário ), a sua mobilidade social.

Além das pressões de setores da população, no sentido de exigir um ensino secundário adequado às exigências sociais do momento, vamos notar, e desta feita, de forma decisiva para a estruturação do ensino secundário, uma luta entre setores progressistas e conservadores para a diretoria do ensino secundário.

Na segunda metade da década de 40 surgiu o curso industrial, que proporcionava condições para a especialização da mão-de-obra, garantindo um emprego especializado no complexo industrial em formação. Além disso, o curso industrial passava a ser propedêutico, começando, portanto, a penetrar os domínios do ensino secundário.

Começam a aparecer também os centros cooperativos de treinamento agrícola, que levam ao setor rural, através de uma organização voltada para uma tecnologia moderna, métodos mais racionais de produção e consumo.

Sabe-se que esses centros, na verdade, tinham como principal objetivo o incentivo à criação de indústrias ligadas ao aproveitamento de produtos agropecuários.

O período compreendido entre os anos de 61 e começo de 64, é narrado como um período em que há uma tentativa de se criar uma nova escola secundária, pois novamente surgem questionamentos quanto à inadequação do ensino secundário às exigências sócio-econômicas e políticas do momento. É o período considerado como crise da Democracia.

Novamente caracteriza-se lutas entre educadores com tendências liberais ( como os burocratas do ensino industrial ), que viam no ensino secundário a possibilidade da manutenção da ordem, e educadores de tendência renovadora, que endossavam a posição de que a escola secundária seria um instrumento que contribuiria para a mudança social.

A consolidação do capitalismo no país, proporciona, antagonicamente, condições de organizações populares. Pois, com o capitalismo crescente, a possibilidade de

voz para a maioria da população é quase que totalmente castrada. Assim, o trabalhador se vê na necessidade de lutar organizadamente e, portanto, não se consegue o controle total dos setores da população.

É desta forma que as propostas de educadores progressistas ganham espaço, começando a desenvolver um novo processo na escola secundária. Tornou-se possível, inclusive, a formação de escolas vocacionais, que além de oferecerem uma orientação de cultural geral proporcionam condições de escolha profissional adequada para a oferta real de mercado de trabalho.

Surgem também os cursos vocacionais do Senai, que adestram os indivíduos para uma atuação no sentido de preservar a ordem previamente estabelecida.

Em contrapartida aos cursos vocacionais do Senai, abre-se espaço para a criação de Ginásios Vocacionais que deixam claro em seus objetivos a "promoção do homem no processo de transformação social pelo conhecimento da situação política, sócio-econômica e cultural brasileira e pelo exame de problemas específicos, gerados nas experiências de vida dos alunos na comunidade. ( p. 119 )

No capítulo III, a autora analisa todo o processo de desativação dos Ginásios Vocacionais, que ameaçavam a permanência de uma situação política autoritária, e a proposta alternativa dos Ginásios Polivalentes.

Os Ginásios Polivalentes surgem "não apenas como uma solução imediata e provisória para a crise que o ensino secundário representava, em termos de sua inadequação ao modelo econômico adotado, mas também como possível modelo, cujos princípios viessem a ser adotados numa reforma de ensino em âmbito nacional." ( p. 148 )

Na prática, os Ginásios Polivalentes destinam-se a promover o ajustamento social do aluno. Ajustamento esse, exigido pela nova estratégia econômica do País.

A proposta dos Ginásios Polivalentes consegue força porque o discurso de seus idealizadores é um discurso liberal, que promove a solidariedade social atendendo-se às aptidões individuais.

É a partir de 1964 que o Brasil "opta" de vez por participar da ligação internacional capitalista. O golpe militar, concentrando no executivo todo o poder de manipulação da sociedade, entrega o País ao chamado Capitalismo Periférico ( os países do Terceiro Mundo na dependência ímpar dos centros hegemônicos ).

Essa nova, isto é, definitiva ligação do País, faz com que se pense numa proposta de escola secundária condizente com a situação política e econômica que começa a vigorar na sociedade. Essa proposta depende pouco dos tecnocratas nacionais e muito dos centros hegemônicos. Esses centros têm que garantir para si a hegemonia total sobre os países dependentes.

É nesse sentido que os Ginásios Polivalentes ganham muita força, pois, esses ginásios são considerados pelos tecnocratas no poder, como reprodutores da situação vigente, isto é, conseguem transmitir para os alunos os valores hierarquizados da sociedade, colocando nas mãos dos EUA, todo o poder de dominação do País.

A autora termina esse capítulo, concluindo assim o seu livro, com muitos questionamentos, sendo central a questão relacionada ao fato de os Ginásios Polivalentes não conseguirem reforçar a situação que imperava na sociedade, isto é, enquanto proposta de modernização, não constituíam cópias autênticas de modelos adaptados à sociedade norte-americana, mas eram também frutos de discussões anteriores à 64, da sociedade brasileira. Com isso, apesar de toda crítica endereçada ao secundário, clarifica muitas vezes a não reprodução total da nova situação política.

O livro de Clarice Nunes tem como elemento principal a periodização da educação secundária. Essa periodização, inspirada principalmente em "Educação e Dependência", de Manfredo Berger, ganha importância à medida que caracteriza a escola secundária dentro do processo de transformações sócio-político e econômicas pelo qual a sociedade brasileira passou no período definido para a análise.

Durante a periodização, a autora enfoca os interesses da classe dominante, na tentativa de manutenção da ordem, através da Escola.

A Educação, em particular a secundária, é necessária como manipuladora da sociedade, garantindo para o dominador o controle de toda a população.

A autora, com veemência, denuncia ainda os grupos se confrontando para conseguir o poder na elaboração de projetos que sistematizam, ao longo da história, o ensino secundário.

Ora grupos conservadores, ora grupos progressistas, vencendo a disputa junto ao Ministério da Educação, conseguem manter suas posições até o momento em que o capital da classe dominante não seja afetado.

É evidenciado, ao longo da análise, que os setores majoritários da população, organizados ou não, pouco acesso têm à elaboração de projetos para uma mudança no ensino secundário.

Por seu alto grau de historicidade e também por sua postura crítica no que se refere à escola como instituição que reproduz as relações sociais vigentes, este livro, a nosso ver, é valioso não só para os estudiosos de educação, mas também para os profissionais a ela ligados e, portanto, com ela cotidianamente comprometidos.

**Benedito Noel P. de Godoy Jr.**  
Mestrando em Filosofia da Educação,  
PUC-Campinas

**SILVA, Ezequiel Theodoro da.**

**O ato de ler; fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura.**

São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1981. 104 pp. ( Coleção Educação Contemporânea ).

Ezequiel Theodoro da Silva é professor da UNICAMP e do curso de pós-graduação em Biblioteconomia da PUCAMP. Pessoa bastante preocupada com a situação atual da leitura no Brasil, publica agora mais uma obra na série Coleção Educação Contemporânea que vem contribuir, ainda mais, para o enriquecimento da literatura nesta área ( leitura ).

A leitura constitui, atualmente, "um instrumento básico de nossa educação", porém, não se lhe tem dado a devida importância, ficando ela ( leitura ) relegada a segundo plano.

Com esta obra, **O ato de ler**, o professor Ezequiel T. da Silva apresenta uma proposta com o objetivo de mudar a concepção da leitura em nossos meios educacionais, e sugere um modelo teórico para o ato de ler.

A obra está estruturada em introdução, prefácio e cinco capítulos, assim intitulados: Necessidade de um inquérito sobre a leitura; Uma apreciação sobre os modelos clássicos de leitura; Delimitação dos horizontes do trabalho; Busca de fundamentos para uma explicitação do ato de ler ( quadro teórico ); O ato de ler explicitado. Uma bibliografia com setenta e cinco referências encerra a obra.

No primeiro capítulo é colocada a necessidade da leitura como instrumento de participação e realização do homem dentro da sociedade letrada. Relata a situação de

“descaso” da leitura no Brasil, nos dias atuais, ficando a responsabilidade de leitura a cargo total da disciplina Comunicação e Expressão. Aponta, ainda, algumas falhas ( analfabetismo, falta de tradição de leitura, meios de comunicação de massa, “dificuldades econômicas” etc. ) que contribuem para a não-leitura em nosso país. Apresenta as funções gerais da leitura dividindo-as em cinco tópicos. Lembra que o fundamental na leitura é que o leitor se porte diante do texto “transformando-o e transformando-se” ( p. 44 ).

No segundo capítulo, a leitura é conceituada em diversas ciências: Comunicação, Lingüística, Cibernética, Semiótica, Filosofia, Psicologia etc. Apresenta em ordem cronológica ( 1954 — 70 ) os modelos clássicos de leitura, comentando-os.

No terceiro e quarto capítulos é descrito o tipo da pesquisa, “pesquisa de cunho teórico” ( p. 56 ), que para atingir seus objetivos se utiliza da abordagem fenomenológica pelo fato desta possibilitar acesso mais coerente na complexidade estrutural da leitura. Na abordagem fenomenológica devem-se levar em conta as experiências anteriores do pesquisador e, ainda, para dar significado aos dados, o leitor deve-se deixar guiar pela própria consciência. É proposto um novo modelo para o “ato de ler” dentro da Psicologia Educacional, fundamentando os seus conceitos através da Filosofia. A leitura é colocada como possibilidade de transformação de vida. Outro problema apresentado é a necessidade de motivação da leitura.

A leitura é colocada no mundo atual como parte integrante da vida humana, onde o domínio dos códigos constitui elemento vital para que a comunicação se realize, e na linguagem deve haver um domínio, tanto no aspecto denotativo como conotativo do código.

É feito um esquema do ato de comunicação dando-se ênfase aos “novos significados”, e o ato de ler é inserido no contexto educacional. A educação é abordada mais como projeto do que processo. Daí a necessidade da leitura crítica que conscientize o homem e permita que ele alcance a sua plenitude através da constatação ( o que o texto diz ), confrontação ( reflexão, problematização, o que o texto sugere a mais ) e transformação ( pronto para a recontextualização, experiência enriquecida ), perante o texto.

No quinto capítulo, o ato de ler é explicado, também, através da fenomenologia, e esta difere de algumas outras correntes psicológicas tradicionais que vêem no ato de ler um ato com respostas predeterminadas por padrões prontos, propostos e aceitos tradicionalmente. A leitura é vista como “seqüência” na vida do leitor e não como fato efêmero, a fim de que ele possa constatar, cotejar ou projetar, e para que, através disso, ele ( leitor ) possa “superar o documento escrito para atingir o texto” ( p. 87 )

É proposto o modelo do “ato de ler” relacionado com a Hermenêutica, Psicologia e Comunicação, ficando, porém ele, como uma possibilidade “não final e aberta a críticas e transformações” ( p. 94 )

Concluindo, **O ato de ler**, do professor Ezequiel T. Silva, apresentado como tese de doutoramento, constitui um trabalho que vale pelas suas proposições teóricas para a leitura. Apontaremos, porém, alguns pontos que poderiam ser corrigidos:

- para uma obra de cento e quatro páginas, incluindo bibliografia, parece-nos muito extenso o prefácio de trinta páginas;
- uma terminologia altamente técnica, resultando num texto bastante teórico;
- indicaríamos a obra não especificamente para bibliotecários e professores, mas sim para psicólogos e pedagogos ( especialistas em educação );
- aconselharíamos a redação de uma **Errata** para corrigir erros tipográficos: à página sessenta e seis, falta uma letra na palavra através; à página noventa e quatro, do item três, pula-se para o item cinco.

Embora existam estes pequenos senões, em nada diminuem eles a importância e profundidade desta obra, que constitui um relevante instrumento gerador de "uma maior inquietação em torno da leitura no território nacional, tentando colocar o valor do livro e da leitura no seu devido lugar".

Maria Constância M. Souto e  
Plácida Leopoldina V. Amorim

**PENNA, Antonio Gomes.**  
**História das idéias psicológicas.**  
Rio de Janeiro, Zahar, 1981, 152 p. ( *Psyche* )

O Prof. Penna é Diretor do Instituto de Psicologia da UFRJ, Chefe do Centro de Pós-Graduação do ISOP/FGV e Diretor do Departamento de Pós-Graduação e Pesquisa em Psicologia da UGF. Sobejamente conhecido no Brasil e no estrangeiro por seus trabalhos no campo da psicologia e da epistemologia, possui ele uma formação filosófica e científica muito vasta e diversificada. Os seguintes títulos de obras publicadas dão-nos uma idéia de parte de sua produção científica: **Percepção e aprendizagem** ( 1969 ), **Percepção e realidade** ( 1973 ), **Linguagem, personalidade e terapia** ( 1975 ), **Aprendizagem e memória** ( 1975 ), **Comunicação e linguagem** ( 1976 ), **Introdução à história da psicologia contemporânea** ( 1978 ). Há algum tempo, sob sua responsabilidade e direção, foi lançada pela Zahar do Rio de Janeiro a tradução da coleção inglesa, intitulada Curso básico de Psicologia ( CBP ) em 36 volumes.

Nas primeiras páginas da obra, da qual pretendo tecer alguns comentários, são consignadas homenagens ao "Prof. Nílton Campos e Prof. M. T. L. Penido, Mestres da extinta FNF da Universidade do Brasil" ( p. 7 ). Nílton Campos, que deu o nome ao Pavilhão do Instituto de Psicologia da UFRJ, mereceu um estudo do Prof. Aquiles Cortes Guimarães ( "A fenomenologia no Brasil: a obra de Nílton Campos". In: **Momentos do pensamento luso-brasileiro**. Tempo Brasileiro, 1981, pp. 85 - 96 ). Quanto ao Prof. M. T. L. Penido, existe atualmente um estudo em andamento no Rio de Janeiro: A dissertação de Mestrado em Filosofia na UGF, intitulada "Subsídios para a função da analogia em filosofia e suas aplicações na teologia dogmática" do Prof. Antonio M. de Castro.

Na **Introdução** do livro em apreço são explicitadas as intenções do autor: "O presente texto pretende ser, apenas, uma breve **História das idéias psicológicas**. Não é e não poderia ser um texto de história da psicologia. A história da psicologia é a história de uma ciência. Como tal, cobre um período reduzido de tempo. Para sermos precisos, cobre o período que começa nos fins do século XIX e se estende até o presente. Inicia-se com a emergência das ciências humanas ocorrida no século passado. Pensar em uma história da psicologia cobrindo os séculos anteriores constitui tecnicamente um erro" ( p. 11 ).

A proposta vem desenvolvida em três partes: (1) a história das ciências e seus problemas; (2) história das idéias psicológicas; (3) a emergência da psicologia científica.

Para embasar o estudo, são, antes de mais nada, retomadas, de maneira sintética, as grandes linhas de discussão dos clássicos da história das ciências, apresentando, entre outros autores, o pensamento de Canguilhem e Koyré, de Bachelard e Kuhn, de Popper e Foucault. A exposição e análise dos principais problemas epistemológicos, tais como o ritmo do desenvolvimento do saber científico, a noção de obstáculo, de corte e de ruptura, a polémica do **continuismo versus descontinuismo**, do **internalismo versus externalismo**, a questão dos precursores e da periodização na história das ciências e especificamente da psicologia, são feitas com muita didática e clareza, colocando ao alcance do leitor uma vasta documentação bibliográfica.

A noção de obstáculo, comum a Popper, traz uma contribuição rica para a compreensão do desenvolvimento científico. "Tais obstáculos Popper os classifica em econômicos e ideológicos. Do ponto de vista econômico, destacam-se tanto a pobreza quanto a excessiva afluência de recursos" ( p. 21 ). A teoria popperiana vem cotejada com a idéia de paradigma de Kuhn na tentativa de esclarecer o problema da periodização e das revoluções científicas.

Com respeito à cientificidade da psicologia são destacadas duas posições antagônicas: a de Canguilhem e a de Piaget. "A rejeição da cientificidade da psicologia que assim se proclama é compartilhada por muitos críticos e epistemologistas contemporâneos. Fundamentam-se, em suas objeções, no caráter ideológico de que ela se revisitaria. Acusam-na, em última análise, de servir ao sistema dominante. Em suas formulações se expressariam mais desejos do que conhecimentos" ( p. 38 ). No entanto, para o famoso psicólogo e epistemologista de Genebra, há uma argumentação muito séria que nos persuade do caráter científico da psicologia. "Segundo Piaget, a condição científica da psicologia resultou da intervenção de vários fatores, dentre os quais se incluem: (1) a tendência comparatista; (2) a ênfase nos aspectos genéticos ou evolutivos particularmente proposta por Darwin; (3) a utilização de modelos fornecidos pelas ciências da natureza; (4) a delimitação rigorosa de problemas e escolha adequada dos métodos para sua solução" ( lb. ).

A primeira parte da obra finaliza com um estudo das relações entre a história da psicologia e a psicologia histórica, propondo a seguinte distinção. "Enquanto a primeira opera a nível de conceitos centralizando-se no estudo da emergência e evolução da psicologia definida como ciência, a psicologia histórica trabalha, não a nível conceitual, mas trabalha a nível factual, estudando as transformações que historicamente se propõem no comportamento humano" ( p. 41 ). Apesar de sucinta, a parte inicial do livro apresenta uma visão, clara e bem fundamentada, da problemática substantiva da história das ciências.

A segunda parte desenvolve, em duas seções, os grandes momentos da história das idéias psicológicas. A primeira estuda a reflexão psicológica entre os primitivos, a contribuição dos filósofos gregos e cristãos ( Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino ), bem como a dos modernos até o século XIX. A caracterização da filosofia e da ciência dos tempos modernos vem descrita de acordo com as colocações teóricas dos clássicos da história das ciências. "A modernidade marca-se por uma profunda ruptura com o pensamento anterior ( antigo e medieval ). Na verdade, caracteriza-se pela emergência de um tipo de saber que rompe os padrões que se fixaram com os gregos. Nela assiste-se ao advento do que A. Koyré chama de universo da precisão, por oposição ao universo do mais ou menos que prevaleceu, em relação ao mundo sublunar, entre os gregos. Estes jamais admitiram que a exatidão ou o rigor pudesse valer para o mundo terrestre" ( p. 75 ).

Dentro do quadro dos grandes movimentos filosóficos da modernidade destacam-se duas vertentes: a empirista e a racionalista. As idéias psicológicas dos grandes pensadores, tais como, a título de ilustração, Descartes e Spinoza, Rosseau, Locke e Hume, Stuart Mill e Spencer, Leibniz, Kant e Hegel, Nietzsche, Dilthey, Comte e Kierkegaard, são apresentadas com muita clareza. A segunda parte conclui, ressaltando as contribuições de alguns pensadores do movimento da psicologia filosófica, em especial Maine de Biran e Bergson. A psicologia filosófica, denominação dada por Piaget, pretendia ser mais rigorosa do que a científica e experimental.

Na terceira e última parte é estudada a emergência da psicologia como conhecimento científico. Uma passagem da obra de M. Foucault, *Doença mental e psicologia* ( 1968 ), associando a análise da loucura ao surgimento da psicologia, levanta o debate, discutindo, ao mesmo tempo, as condições de seu aparecimento e a aquisição de estatuto científico. E a esta altura convém sublinhar a influência positivista, decisi-

va para a fundação da moderna psicologia como ciência. Em seguida, são analisados os movimentos das pesquisas neurofisiológicas, bem como as contribuições de Fechner e Wundt, de Ebbinghaus, de W. James e de Darwin. Estes pensadores, como o autor ressalta na **Introdução**, "já se inserem, não numa história das idéias, mas história da psicologia como ciência" ( p. 13 ).

A extensa bibliografia, que o leitor encontra no final da obra, revela a vasta cultura do autor e a riqueza de sua formação intelectual e profissional. O livro, que veio complementar e ampliar a **Introdução à história da psicologia contemporânea** ( 324 p. ), está, sem dúvida, destinado à mesma aceitação e ao mesmo êxito. Inútil acrescentar que a obra em apreço interessa não só ao estudante e ao profissional de psicologia, mas também ao de filosofia e a toda pessoa que se proponha conhecer melhor a história das ciências em geral e a história das ciências humanas em particular.

**Alino Lorenzon**  
Dep. de Filosofia da UFRJ e UGF

**REICH, Wilhelm.**  
**Psicologia de massa do Fascismo**  
**Porto, Publicações Escorpião, 1974.**

Wilhelm Reich, nesta obra, procura, utilizando a pesquisa psicanalítica, encontrar respostas para um fenômeno sócio-político que contrariava princípios basilares do pensamento marxista.

Aplicando o que denomina "psicologia materialista dialética" — que define como a pesquisa do fator subjetivo da história, da estrutura ideológica dos homens de uma época e da estrutura ideológica da sociedade que constituem — Reich procura fundamentar-se teoricamente tendo em vista a constituição de uma política de ação antifascista. Considera o ideário fascista uma forma de "reação política" que tem por finalidade a manutenção do "status quo" — impedir a queda de um sistema econômico, a seu ver, condenado pelas leis inexoráveis da evolução histórica.

O importante a considerar em sua obra é a metodologia que utiliza e os pressupostos teóricos dela. Aliás, tal posição metodológica assume na época uma inovação no contexto do pensamento marxista. Não desejando ferir ou chocar os melindres da ortodoxia política ( marxista ), à qual se identificava efetivamente, procura o autor definir sua posição em face do objeto de estudo. Afirma, por exemplo, que seu trabalho visa a preencher uma lacuna nos estudos dessa natureza, visto que a "estrutura do homem atuante, aquilo a que se chama "fator subjetivo da história", permaneceu inexplorada porque Marx era sociólogo e não psicólogo, e porque nessa época não existia psicologia científica." Lembra que o pensamento marxista deixou muitas questões sem resposta, uma vez que se dava demasiada ênfase ao aspecto econômico e descurava os fenômenos de ordem psíquica. Mostra que, somente mais tarde, Freud viria a descobrir, "com a ajuda de um método específico, a que chamou psicanálise, o processo que domina a vida psíquica".

Reich, nesse trabalho de definição de método, dirige críticas aos vulgarizadores do marxismo, acusando-os de usar uma abordagem mecanicista no estudo dos fatos de conotação sócio-econômica. Para ele, os princípios do materialismo histórico estavam sendo distorcidos. Marx, por exemplo, ensinava que as alterações da superestrutura da sociedade ( sistema político, ideológico etc. ) são determinadas, em última instância, pelas alterações no modo de produção e troca. Reich retoma o problema sem veleidades revisionistas, segundo afirma, para melhor esclarecer o que considera lacunoso na obra marxista. Era seu dever apontar as influências recíprocas entre a super e infra-estrutura, assim como o papel da ideologia no devir histórico.

Por que razão a vitória do nacional socialismo surpreendeu a tantos, inclusive nosso Wilhelm? Observemos o seguinte postulado marxista: a luta de classes é o motor da história. Os países industrializados, dotados de grandes contingentes de operários, encontram-se maduros para a eclosão da revolução socialista que levará o proletariado ao poder. Mas tal doutrina foi posta em cheque pela eclosão do movimento fascista, no qual tomaram parte apreciáveis contingentes da classe operária. Falharam, portanto, as previsões do socialismo científico e o revés exigia maiores explicações da parte dos ideólogos da esquerda. De fato, Reich parte da constatação de um fato político evidente, isto é, a ocorrência do fascismo representava um "desvio entre a evolução da base econômica que impulsionava para a esquerda, e a evolução da ideologia das mais largas camadas da população, que se fazia para a direita". Reich propõe esclarecer o porquê desse desvio ideológico. Encara a ideologia como força histórica e esclarece que, na base do comportamento político do agente social, pode haver forças psíquicas revolucionárias e forças psíquicas conservadoras. Aponta para a necessidade de compreender as relações entre situação social e a formação da ideologia, em particular as relações que não são diretamente observáveis de um ponto de vista sócio-econômico, as relações que são irracionais. É, neste ponto, que a psicanálise teria uma função a preencher no quadro do materialismo histórico e, isso, com a finalidade de esclarecer o que a sócio-economia não pode: a compreensão da estrutura e da dinâmica da ideologia.

O autor aborda os mecanismos da formação da personalidade, mostra o papel da socialização, principalmente na fase infantil, época em que a criança é incorporada ao grupo mediante a interiorização das normas e valores que caracterizam determinado agrupamento social. Há, neste ponto, uma objeção a fazer a seu pensamento. Consideramos superada a concepção que coloca os indivíduos em oposição à sociedade. Concebemos o indivíduo e a sociedade como aspectos diferentes de uma mesma unidade: a realidade humana. Há influências recíprocas entre indivíduo e sociedade. Não há uma pressão unilateral esmagadora da sociedade sobre o indivíduo, que anule suas peculiaridades.

Nota-se, por outro lado, que Reich trata das chamadas subculturas e, isso é visível, ao fazer digressões a respeito do processo de socialização em estratos sociais diversos. Enfoca, sem o definir precisamente, o problema relacionado com a personalidade-status e a personalidade-básica, sendo esta última repositório das influências mais generalizadas da cultura e responsável por certas atitudes e comportamentos que o autor aborda, mas sem utilizar conceituação adequada.

Outro aspecto considerado na obra é o da "demora cultural". Em resposta ao desenvolvimento da base material da sociedade, o ajustamento dos valores e ideais é mais lento, havendo, portanto, uma defasagem entre os dois planos, fato este de ricas conseqüências para a problemática em foco. Neste caso, a força da tradição é levada em conta, principalmente ao se tratar do apego dos indivíduos às normas costumeiras de resolver problemas e às formas tradicionais de dominação.

Também chama nossa atenção o empenho do autor em buscar as raízes dos problemas que estuda nos níveis mais profundos da realidade social, aspecto esse a ser retomado e sistematizado por Georges Gurvicht. É no nível das atitudes e valores que Reich busca a solução do problema que investiga, isto é, o elemento ideológico, que, a seu ver, chega a constituir o obstáculo ao comportamento político racional. Focaliza o processo de socialização e sua influência na formação da personalidade do indivíduo, fixando-se nesta, de modo gradativo, as atitudes e ideais que são do interesse de determinada sociedade. Enfatiza a importância da repressão sexual nesse desenvolvimento e caracteriza toda uma gama de recalques no quadro a que denomina "economia sexual".

Considera a repressão sexual como ocorrência tardia na evolução social e a relaciona ao surgimento da propriedade privada, à qual associa a emergência do

casamento monogâmico e da família patriarcal. Inter-relaciona as instituições e concebe a família como a instituição responsável pela elaboração da ideologia na sociedade de classes.

Reich, para fundamentar suas explicações, recorre às contribuições do antropólogo Morgan, principalmente as expostas no livro *Origem da Família, do Estado e de Propriedade Privada*. Nota-se que o autor, da mesma forma que Max Weber, adota o princípio da causalidade múltipla (interferência de multiplicidade de fatores na causalidade social) e da interação entre super e infra-estrutura.

Embora muitas objeções possam ser feitas à obra, particularmente ao caráter conjectural de muitas de suas idéias, não podemos deixar de louvar a crítica contundente até certo ponto pioneira — que faz às noções errôneas do termo “raça” que integravam a ideologia fascista. Neste particular, apoiando-se em dados científicos de validade incontestável, Reich demonstra a precariedade da argumentação racista, tão em voga na época. Aliás, o uso inadequado do termo “raça” não é uma exclusividade fascista. Muitas pessoas chamam “raça” a todo grupo humano arbitrariamente designado como tal. Por isso, devemos fazer distinção entre “a raça”, fato biológico, e “mito da raça”. Na realidade, a “raça” acabou-se convertendo menos num fenômeno biológico de que num mito social. De acordo com Ashley Montagu, para não citar outros eminentes antropólogos, este mito fez um mal imenso ao plano social e moral.

Deise Mauri Bellandi

#### **PATERNOSTRO, Rocco.**

**Critica, Marxismo, Storicismo Dialettico: Due Note Gramsciane**

**Roma, Bulzoni Editore, 1977, 141 p.**

**O livro faz parte dos “Cadernos de História da Crítica e da Poética”. Coleção de Ensaio e Textos dirigida por Mario Costanzo, 1.**

Como o próprio título revela, trata-se de duas notas sobre Gramsci. E notas distintas. Pode-se, contudo, captar no livro certa unidade, enquanto nele o autor aborda as idéias fundamentais e as proposições básicas do pensador sardo sobre a filosofia da “práxis” e sobre a literatura italiana.

Essa unidade é ainda assegurada por uma postura inicial em que o autor procura demonstrar como, sob uma aparentemente “fragmentária e provisória”, “insuficiente”, “episódica”, os escritos gramscianos manifestam a solidez e a originalidade de um pensamento que é historicismo absoluto e integral, uma vez que se nutre e alimenta do “poder” da própria história, enquanto para Gramsci resolver problemas significa resolvê-los concretamente, isto é, imergi-los no banho concreto da história concreta feita de homens concretos ( p. 15, nota de rodapé ).

O livro apresenta, pois, duas notas ou considerações sobre a obra de Gramsci. A primeira trata da “filosofia da ‘práxis’ como filosofia do homem e como nova ‘Weltanschauung’”; a segunda aborda temas ligados à crítica literária, ao marxismo e ao historicismo dialético.

Na primeira nota, subdividida em dois parágrafos, procura-se demonstrar como a filosofia da “práxis” emerge da obra de Gramsci — sobretudo da “Concepção Dialética da História”<sup>1</sup> — como verdadeira filosofia do homem, em sua imanência e em seu devir histórico, e o conduz à criação de uma nova “Weltanschauung”, isto é, à construção de uma nova cultura, um novo Estado, uma “nova ordem”, caracterizada pela passagem do “reino da necessidade ao reino da liberdade”.

De início, o autor chama a atenção para um problema de método: a necessidade metodológica de uma leitura global de Gramsci, apta a esclarecer os NEXOS

DIALÉTICOS pelos quais se desenvolve todo o seu pensamento. Em Gramsci, um problema está necessariamente ligado a outro precedente por um nexo de causa e efeito, não em sentido mecanicista ou determinista, mas dialético. Isto implica uma reciprocidade necessária, pela qual a causa se manifesta no efeito, o efeito se insere e se afirma na causa e, por seu turno, será causa de outro efeito, de modo que atinja uma perspectiva de desenvolvimento histórico, não teleologicamente circunscrita a um sistema realizado e acabado, mas projetada na reta do contínuo fazer-se e do incessante devir da história.

O ponto de partida dessa reta é o homem, concebido não de forma estática ( o "homem em geral" ), mas como "um bloco histórico de elementos puramente subjetivos e individuais e de elementos de massa — objetivos ou materiais — com os quais o indivíduo está em relação ativa".<sup>2</sup> Realizado esse primeiro nexo dialético no próprio homem, Gramsci estabelece conseqüentemente outro entre estrutura e superestrutura. E da síntese que se obtém entre esses dois nexos dialéticos é possível compreender como os outros; objetivo — subjetivo, quantidade — qualidade, necessidade — liberdade, individual — coletivo, dirigentes — dirigidos, intelectuais — massa, filosofia — política, cultura — vida etc., se exijam reciprocamente, numa relação de causa e efeito, dialetizada no devir da história.

Desse tipo de reflexão decorre, para o autor, que a filosofia gramsciana ( a filosofia da "práxis" ) sendo a filosofia do homem, será necessariamente portadora e criadora de uma nova "Weltanschauung" ( concepção de mundo ), cujo sentido passa a explicar.

A nova "Weltanschauung" exige, primeiramente, um novo conceito de cultura. Esse conceito se baseia na nova visão de homem que, embora realidade individual, só se explica na sua relação com os outros, como produtor e artefice consciente da história ( cultura, arte, política, filosofia etc. ), sempre protegido na dialética constante do seu devir histórico, sobre o alicerce concreto de suas relações sociais. É a visão marxista do homem, que se destaca seja daquela positivista ( impregnada de evolucionismo mecanicista ), seja da idealista ( imbuída de metafisicidade ).

Da síntese entre essa visão de homem e o nexo dialético estrutura — superestrutura origina-se o núcleo fundamental de seu pensamento, a união dialética entre teoria e prática, entre ciência e ação, cultura e vida, intelectuais e massa: "quando se consegue introduzir uma nova moral adequada a uma nova concepção do mundo, termina-se por introduzir também esta concepção"<sup>3</sup>.

No âmbito do pensamento gramsciano essa nova cultura: a) seria crítico consciente, enquanto participa ativamente da produção da história do mundo; b) seria dinâmico — dialética, de uma constante busca; c) teria a função histórica de organização cultural das massas ( aqui o problema da linguagem seria resolvido também num processo dialético interdependente e integrante<sup>4</sup> ); d) deveria assegurar uma unidade ideológica entre os "simples" e os "intelectuais". Estes, como intelectuais orgânicos, não teriam por função manter os "simples" na sua filosofia primitiva do senso comum, mas de conduzir-lhes a uma nova e superior concepção da vida, que se vai converter em norma ativa de conduta.

Segue-se toda uma descrição do papel dos intelectuais, tendo por condição básica a necessidade de estarem ligados ao povo — nação, isto é, ao proletariado, e como dever fundamental a conquista da hegemonia político — cultural, a única a permitir ao proletariado tornar-se de classe subalterna, classe dirigente. Com efeito, todos os intelectuais são intelectuais de uma classe. Daí essa estória de "autonomia", de neutralidade ser pura ilusão. Isso exige dos intelectuais: a) inserção histórica e ativa na vida prática, como construtor, organizador;<sup>5</sup> b) esforço de tornar as massas conformes à classe dirigente, pela "direção" intelectual e moral.

Além de conduzirem a luta pela hegemonia cultural, os intelectuais devem comandar a luta pela conquista do poder político. Esta se caracteriza pela socialização da nova cultura e pela constituição do partido político, o "novo príncipe", organicamente estruturado, com vistas à conquista do Estado e sua reorganização, isto é, sob a hegemonia do proletariado, onde dirigentes e dirigidos sejam componentes de uma classe única.

Para Gramsci, uma vez conquistado o poder — o Estado — pela classe proletária, seria necessário pôr novamente em circulação as idéias de ANTONIO LABRIOLA<sup>6</sup>, no que este contribuiu para situar exatamente a filosofia da "práxis". Com efeito, como Gramsci, Labriola procura evitar, de um lado, o positivismo e, de outro, as correntes idealistas (Croce, Gentile, Sorel, Bergson); procura evitar Bukharin, por não ser dialético, e também Croce, por apresentar uma dialética apenas conceitual, não real, uma dialética de idéias, não de coisas. É o velho problema da relação entre vontade (superestrutura) e determinismo econômico (estrutura) que, para Gramsci, só pode ser equacionado dialeticamente, numa relação recíproca de causa e efeito.

Assim, da sua batalha seja contra o idealismo hegeliano, seja contra o materialismo vulgar, o pensador italiano investiga um duplo aspecto: 1) no campo da cultura, à tese idealismo opunha a antítese filosofia da "práxis"; síntese: nova cultura (ou seja, revolução do mundo cultural); 2) no campo político, à tese burguesia opunha a antítese proletariado; síntese: nova forma estatal socialista (revolução e destruição do precedente mundo econômico-político burguês).

Mas Gramsci vai além enquanto propõe a filosofia da "práxis" como nova "WELTANSCHAUUNG", tendo em Marx seu criador e em Lênin seu organizador, inspirada nos três seguintes movimentos culturais: filosofia clássica alemã (Hegel), economia clássica inglesa (Ricardo) e literatura e política francesas (Robespierre).

O autor conclui esta nota afirmando que, com essa visão gramsciana, estão abertas as portas ao sopro vivificador do devir histórico, e que os ídolos apriorísticos e mecanicisticamente finalísticos foram abatidos em nome do contínuo "fieri" do gênero humano.

A segunda nota, subdividida em quatro parágrafos, gira em torno da contribuição que Gramsci trouxe para uma renovação da literatura italiana a ser construída sobre as bases do historicismo dialético. Esse tema central é tratado mediante análise que o autor faz dos escritores italianos, sobretudo no período 1945 — 1956, que se empenharam em fundar uma crítica literária de inspiração histórico — materialista, baseada no retorno à "metodologia heróica de De Sanctis" e na "releitura de Gramsci e de Gobetti".

Quanto a De Sanctis, pela sua metodologia de natureza anticroceana, insistindo que também os fatos poéticos devem ser entendidos como historicamente condicionados. Quanto a Gramsci e Gobetti, na ênfase mais constante nesse aspecto histórico. Com efeito, comentando a afirmação croceana de que mesmo os fatos artísticos e em geral "todos os fatos nos quais se explica a dialética da vida espiritual" não se produzem por "partenogênese" e "segundo linhas evolutivas fechadas no horizonte de uma determinação específica", mas pela intervenção do elemento "masculino", "daquilo que é real, passional, prático, moral", Gramsci assim escrevia: "esta observação pode ser assumida pelo materialismo histórico", porque "a literatura não gera literatura, as ideologias não criam ideologias, as superestruturas não geram superestruturas... essas são geradas, não por "partenogênese", mas pela intervenção do elemento "masculino", a história, a atividade revolucionária que cria o 'novo homem', isto é, as novas relações sociais". ( p. 57 ). Daí Gramsci deduzir que "o 'homem velho', com a mudança, torna-se também ele 'novo', uma vez que entra em novas relações, já que as relações primitivas foram postas de cabeça para baixo" ( p. 57 ).

NATALINO SAPEGNO foi o autor escolhido por Paternostro como paradigma para o estudo proposto, não apenas por ter sido citado por Gramsci em "Literatura e Vida Nacional"<sup>7</sup>, mas sobretudo pelo fato de Sapegno ter, posteriormente, retomado e intensificado aquele diálogo-encontro "agradável e frutífero" com Gramsci, iniciado em Turim, quando era ainda jovem.

A importância desse encontro, diz o autor, reside na possibilidade de resultar daí uma nova orientação da cultura italiana e, portanto, uma reforma do método e da tônica de sua própria crítica literária. Essa nova cultura se codifica na relação dialética de teoria-prática, ciência-ação, estrutura-superestrutura, típica da filosofia da "práxis", e se propõe a unificar a crítica dos costumes, dos sentimentos e das concepções do mundo com a crítica estética ou puramente artística. Em outras palavras, tende a precisar como da crítica de uma civilização literária e artística pode e deve nascer uma nova arte<sup>8</sup>.

Todo o trabalho de Sapegno, destacado no texto, se concentra em demonstrar como, para Gramsci, não se trata de insistir no nexo entre os fatos literários e a realidade cultural, moral e política, e sim de reconstruir o nexo não mecânico, mas dialético, entre a literatura e a estrutura econômico-social. Com efeito, não se conhecem formas artísticas e culturais separadas das condições históricas que as determinam e são por essas mesmas formas determinadas. Não há estética absoluta, mas sim circunscrita no tempo. Daí resulta que a literatura não pode ser senão histórica, política, popular. "Para que uma literatura seja popular não basta ser bela: faz-se necessário um determinado conteúdo intelectual e moral, que seja a expressão elaborada e completa das aspirações mais profundas de um determinado público, isto é, do povo-nação, em uma determinada fase do seu desenvolvimento histórico. A literatura deve ser, ao mesmo tempo, elemento atual de civilização e obra d'arte". Somente assim ela conquistará o interesse do povo.

A essa altura o autor faz todo um comentário sobre as observações de Gramsci<sup>9</sup> a respeito do caráter não nacional-popular da literatura italiana, conseqüentemente, da preferência do povo por autores estrangeiros, sobretudo franceses. Após lembrar que, segundo Gramsci, a postura que deve ser assumida exige uma coincidência de interesses entre intelectuais e o povo, antes referida, Rocco destaca os três princípios básicos para se estabelecer uma crítica literária de inspiração histórico-materialista, à luz da obra do pensador sardo: 1º) considerar o marxismo como humanismo integral; 2º) o marxismo não estuda os fatos e despreza os homens, mas os trata a ambos em relação dialética, num processo histórico próprio de um tipo de civilização; 3º) Marx não é um messias ( de imperativos categóricos, normas indiscutíveis, absolutas, fora do espaço e do tempo ) mas significa ele o ingresso da inteligência na história da humanidade, reino da consciência.

Destaca-se, a seguir, o problema da semelhança e distinção entre literatura e política, entre artista e político. Ao citar o que se diz a esse respeito em "Literatura e Vida Nacional"<sup>10</sup>, o autor lembra que Gramsci aceita o ponto de vista de Della Volpe sobre a necessidade de superação dos dogmas estéticos românticos e de uma resposta às exigências metodológicas da pesquisa materialista sobre a arte. No entanto, Gramsci vai mais além: admitindo a distinção-união ( sob forma historicamente dialética ) entre crítica política e crítica artística ( estética ), de fato privilegia o elemento da crítica política, talvez — conclui o autor — por ser o aspecto mais conforme à sua ação de homem político.

No trabalho há, ainda, todo um estudo sobre a questão do realismo em arte e em literatura. Parte-se do conceito de realismo expresso por Engels: "... reprodução fiel de caracteres típicos em circunstâncias típicas" ( p. 86 ). Para ilustrar o seu conceito Engels cita o exemplo do livro de Balzac, a "Comédia Humana". É o que queria De Sanctis: "... o movimento de uma arte séria é este: falar pouco de nós, e

fazer que as coisas falem muito. 'Sunt lacrimae rerum'. Dai-nos as lágrimas das coisas e economizai as vossas lágrimas' ( p.98 ).

Gramsci, no entretanto, procurava ir mais além, explicitando e, até certo modo, complementando esse conceito, ao insistir na necessidade de intervenção na arte e na literatura do elemento "masculino", a história, a atividade revolucionária, pois só este elemento "cria o 'novo homem', isto é, as novas relações sociais." Queria dizer com isso que a arte não deve e não pode ser concebida como realidade meta-histórica ou metafísica, ou mesmo como produto determinado da própria história, mas como dialeticamente ligado à história, isto é, não antes, nem depois, mas na própria história.

Esclarecendo melhor: a relação dialética entre estrutura e superestrutura, na qualidade de nexos dialético fundamental no interior da filosofia da "práxis", além de pressupor aqueles outros nexos antes citados nesta resenha, pressupõe também o de arte-história. Assim, conteúdo e forma, juntamente com o significado estético, assumem, em Gramsci, também e sobretudo um significado histórico, com seu caráter dialético: forma histórica é igual à linguagem historicamente determinada e determinável; conteúdo histórico é igual ao modo de pensar igualmente determinado e determinável, isto é, não mais abstraído porém entrelaçado com a forma.

Após retomar o tema da contribuição decisiva de Gramsci à reconstrução do próprio tecido histórico da cultura e, conseqüentemente, da própria arte literária italiana, Paternostro finaliza seu estudo sublinhando o que antes afirmara como essencial dessa contribuição: reconstruir o nexos real, dialético, entre literatura e estrutura econômico-social.

## CONCLUSÃO

A obra em questão deve ser vista do ângulo sob o qual se posiciona o autor. Crítico literário marxista, ele se insere dentre os estudiosos italianos empenhados no movimento de renovação da crítica literária de seu país, iniciado nos anos Cinquenta e revitalizado nos anos Setenta. Eles se propõem a precisar e adquirir uma consciência metodológica que pressuponha uma crítica da ideologia e portanto da cultura, e uma crítica da economia e portanto da política, que reafirme uma "práxis" modificadora tanto a nível de superestrutura como de estrutura e, por conseqüência, uma militância político-cultural ( p. 81 ).

Reconhecendo em Gramsci um pensador cuja contribuição pode ser decisiva para a ação que desenvolve, Rocco Paternostro dedicou-se ao estudo de sua obra, demonstrando conhecê-la em profundidade.

O ponto central do seu trabalho, ao meu entender, é a ênfase no aspecto histórico do pensamento gramsciano. E à luz dessa categoria fundamental que vai ser possível superar tanto o idealismo quanto o positivismo mecanicista e, assim, construir a "nova ordem", com a organização do novo bloco histórico, sob a direção orgânica e persuasiva dos intelectuais. Isto vai colocar o problema da cultura, ou melhor, da nova cultura, que se deve construir sobre uma nova visão de homem. Visão que implica considerá-lo não como indivíduo isolado mas em relação com os outros homens, no espaço e no tempo, em determinadas condições sociais. Homem que, uma vez bloco histórico, culturalmente renovado e engajado na ação-luta no campo político, constrói o regime da liberdade, organizado e controlado pela maioria dos cidadãos, isto é, pelo proletariado.

Outro aspecto que merece destaque são todas as referências do autor, ao longo do livro, sobre a ação dos intelectuais. É evidente que Gramsci os prestigia em toda a sua obra. Aliás, sua ação é fundamental à construção do novo Estado. Mas desde que se identifiquem com os verdadeiros interesses do povo. Referindo-se à impopularida-

de da literatura italiana, observa que “os intelectuais não saem do povo, ainda que algum deles seja de origem popular; não se sentem ligados ao povo, não o conhecem e não percebem suas necessidades, aspirações e seus sentimentos difusos; em relação ao povo são algo destacado, solto no ar, ou seja, uma casta, não uma articulação — com funções orgânicas — do próprio povo”<sup>11</sup>.

O sentido do verdadeiro intelectual e sua ação, como Gramsci os conceitua, acham-se detalhados na parte inicial desta resenha. O importante é o compromisso e o engajamento permanente deste com o povo-nação “para saber falar ao povo como líder e como igual ao mesmo tempo, para fazer com que o povo participe da crítica de si mesmo e de suas debilidades, sem todavia fazê-lo perder a confiança na própria força e no próprio futuro”<sup>12</sup>.

O que foi dito acima, acredito, é suficiente para se ter uma visão, relativamente completa, do livro em análise. No mérito, diria que se trata de um livro sério, bem fundamentado e rico de informações sobre os temas tratados. Se algo tivesse a observar, seria que o caráter repetitivo de certas passagens poderia ser evitado, uma vez que tornam a obra um tanto prolixa. Por outro lado, seria recomendável fossem indicadas com mais clareza as citações das obras de Gramsci pois, às vezes, podem ser confundidas com as de outros autores. Todas as citações são, porém adequadas e tornam a obra, sob esse aspecto, rica e ilustrativa.

**José Loureiro Lopes**

Universidade Federal da Paraíba.

## NOTAS

- (1) GRAMSCI, Antonio. — **Concepção Dialética da História**. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- (2) GRAMSCI, A. — **Concep. D. da Hist.** o.c. p. 47.
- (3) Idem, *ibidem*, p. 52.
- (4) Idem, *ibidem*, p. 13, Nota III.
- (5) GRAMSCI, A. — **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, p. 11.
- (6) GRAMSCI, A. — **Concep. Dial. da Hist.** o. c., pp.98 — 100.
- (7) GRAMSCI, A. — **Literatura e Vida Nacional**. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 179.
- (8) Idem, *ibidem*, pp. 4 — 9.
- (9) Idem, *ibidem*, pp. 106 — 110.
- (10) Idem, *ibidem*, pp. 13 — 14.
- (11) GRAMSCI, A. — **Lit. e V. Nac.** o.c. pp. 106 — 107.
- (12) Idem, *ibidem*, p. 19.

### História das Ciências no Brasil

Mário Guimarães FERRI e Shozo MOTOYAMA ( Coordenadores )

São Paulo: EPU: EDUSP — 3 vols. 1979 — 1981.

Com a publicação de seu terceiro e último volume, os coordenadores da série em epígrafe deram cumprimento cabal à difícil tarefa de trazer a lume nova abordagem histórica das ciências no Brasil. Dizemos “nova”, porque, desde **As Ciências no Brasil**, memorável obra coordenada por Fernando Azevedo, limitadas incursões se fizeram nesse campo de estudos.

Para que tal série se concluisse de forma satisfatória, muito contribuiu a larga experiência de seus coordenadores, ambos professores da Universidade de São Paulo. Assim, Mário Guimarães Ferri, que já exerceu o cargo de Reitor dessa Universidade, é autor de inúmeros trabalhos científicos publicados inclusive sobre as ciências no Brasil. Shozo Motoyama é Livre-Docente em História da Ciência pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, onde é atualmente Professor do Departamento de História. Tem inúmeros trabalhos publicados, na área de sua especialidade.

Os vários artigos que compõem os três volumes da obra em apreço foram redigidos por especialistas de inquestionável valor, portadores, cada um, de sua própria formação e, portanto, de visão particular das ciências no Brasil. Cada ramos da ciência vem cumprindo, até certo ponto, sua própria evolução, tornando compreensível iniciem alguns autores seus capítulos pelo século XVI ( Mineralogia, por exemplo ), enquanto outros partem de épocas bem mais próximas ( Pesquisas Especiais, por exemplo ). Por outro lado, como as interferências exteriores não foram exercidas em todos os ramos com iguais intensidade, houve acerto quando se concedeu maior ou menor espaço às influências culturais portuguesas, ibéricas ou, — de uma forma mais ampla, — do Ocidente. Entretanto, embora fosse respeitada tal pluralidade de estilos e abordagens, não se incorreu no perigo de rupturas, lacunas ou contradições.

Nas breves linhas deste registro, relativas ao primeiro volume, não podem ficar sem referência, ao menos os seguintes capítulos: “Trajetória da Filosofia no Brasil”, de Antônio Paim, laureado autor de **História das Idéias Filosóficas no Brasil**, “A Física no Brasil”, de Shozo Motoyama, aliás, coordenador da obra; “Evolução da Química no Brasil”, de Simão Mathias, que já ocupou os mais altos cargos na USP e em sociedades científicas; “A Medicina no Brasil”, redigido por Lycurgo de Castro Santos Filho, cujos trabalhos sobre História da Medicina no Brasil lhe conferiram o honroso Prêmio Sociedade Paulista de História da Medicina de 1961.

Mencionemos, do segundo volume: “Microbiologia”, de José Reis, Diretor da Revista **Ciência e Cultura** ( SBPC ) e Prêmio Kalinga, conferido pela UNESCO, por sua atividade de Redator Científico da **Folha de São Paulo**; “História da Botânica no Brasil” e “História da Ecologia no Brasil”, redigidos por Mário Guimarães Ferri, coordenador da série: “O Desenvolvimento da História da Ciência no Brasil”, de João Carlos Vitor Garcia ( da Coordenação de Estudos de Política Científica e Tecnológica do CNPq ), José Carlos de Oliveira ( do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do CNPq ), bem como Shozo Motoyama.

No terceiro volume, destacamos: “A Mineralogia e a Petrologia no Brasil”, de Rui Ribeiro Franco, do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares; “Contri-

buição à História da Técnica no Brasil", de Rui Gama, Professor Assistente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP ( Departamento de História ); "A Educação no Brasil", de Lena Castello Branco Ferreira Costa, da Universidade Federal de Goiás; "A Filosofia das Ciências no Brasil", de Shozo Motoyama.

Dada, pois, a multiplicidade de áreas examinadas, bem como a variegada postura de seus autores, o texto em apreço descortina amplos horizontes aos estudiosos de História da Ciência, ao mesmo tempo em que estimula novos trabalhos nessa área.

**Walter Cardoso**

